



Consulta Pública nº 87/2019 – Plano Decenal de Expansão de Energia 2029

Novembro de 2019



A empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. vem respeitosamente apresentar suas contribuições à Consulta Pública nº 87, que trata da proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029, de acordo com a Portaria nº 396, de 21 de outubro de 2019.

Ressaltamos que a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia é de suma importância para o Setor Elétrico Brasileiro, direcionando o seu contínuo aperfeiçoamento e crescimento de forma a impulsionar o desenvolvimento do país, demandando esforço e tempo preciosos da equipe técnica responsável.

Nesta oportunidade, aproveitamos para solicitar a este Ministério que sejam criados procedimentos, de forma a facultar aos agentes do Setor Elétrico maior participação em todas as fases do planejamento, agregando aos estudos um vasto conhecimento, que se encontra parcialmente desaproveitado.

No sentido de colaborar e agregar a este trabalho seguem abaixo nossos comentários e sugestões.

I) Capítulo 3 – Geração Centralizada de Energia Elétrica

1. Item 3.1 – Metodologia

De modo que a sociedade tenha uma maior participação nas análises apresentadas para indicação da expansão, bem como dar maior transparência no processo do planejamento da expansão, sugerimos a disponibilização do Modelo de Decisão de Investimento (MDI) de forma que os agentes de Setor Elétrico possam validar o modelo, prática comum adotada nos outros modelos no Setor.

2. Item 3.2 – Recursos Disponíveis para Expansão da Oferta

Como é sabido, e destacado no próprio PDE 2029, há uma grande preocupação para atendimento à demanda de ponta no Sistema Elétrico Brasileiro, principalmente no Sudeste. Apesar de restrições socioambientais para algumas usinas hidrelétricas ainda há um elevado potencial hidrelétrico a ser explorado (68.000 MW) e uma indústria já consolidada. Sugerimos envidar esforços para vencer as barreiras socioambientais para que seja possível uma maior participação de hidrelétricas na expansão, acarretando redução de custos da energia, maior alinhamento da expansão com as políticas de redução de GEE, aumento da flexibilidade operativa do SIN e maior eficácia no atendimento à demanda de ponta.

Considerando-se que 68% do potencial hidrelétrico a ser explorado encontra-se na Bacia Amazônica, todos os estudos devem ser revestidos da mais alta preocupação socioambiental, com a utilização plena do estado da arte da engenharia, a fim de viabilizar projetos inteligentes e sustentáveis. Ainda que indicado no PDE 2029 preocupação com as incertezas nos prazos de implantação de projetos hidrelétricos (pag 61) sugerimos que sejam priorizadas as UHEs São Luiz do Tapajós e Água Limpa e demais usinas com o EVTE aprovados e em processo de aprovação ou elaboração e que não foram consideradas na expansão.

Aproveitamos para sugerir a alteração para a “data mais cedo” de entrada em operação da UHE Tabajara para o ano de 2025, considerando a fase adiantada que se encontra o projeto e o tempo de construção estimado de 4 anos.



3. Item 3.3 – Diretrizes e Premissas

A premissa de oferta de 3000 MW/ano de eólica sugerida ao modelo MDI mostra uma preferência desta fonte em detrimento as demais. Além do mais deve-se atentar as restrições da indústria para suprir tal demanda. Item 3.5.1 – Caso 1: Expansão de Referência

- A premissa de oferta de 3000 MW/ano de eólica mostra uma forte preferência desta fonte em detrimento as demais. Além do mais, deve-se atentar as restrições da indústria para suprir tal demanda.
- Observa-se uma tímida expansão hidrelétrica no cenário de referência. Sugerimos acrescentar mais hidrelétricas que tenham estudos de viabilidade aprovados, visto que, a tendência de se valorar a ponta e a adoção de preços horários aumentará consideravelmente a competitividade desta fonte.

II) Considerações Finais

Novamente, enalteçemos a importância do Plano Decenal de Expansão, e o excelente esforço e contribuição da EPE em atualizar e melhorar as metodologias utilizadas até então na elaboração deste documento.

Gostaríamos de observar também que os agentes do setor devem ter maior poder de participação nessas mudanças de forma a juntarmos esforços que não sejam desperdiçados pela falta de diálogo.

Neste contexto, reforçamos a sugestão de um maior debate sobre as entradas e mecanismos adotados no Modelo de Decisão de Investimento, disponibilização do modelo, disponibilização dos decks do NEWAVE para todos os cenários, além de uma maior discussão sobre a sugestão de adoção de ferramentas de discretização horária para o planejamento de médio e longo prazo.